

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

PPD/PSD



Em Fevereiro, vamos vencer!

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de 13 de Janeiro na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou 15 diplomas e analisou também uma exposição do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre os estudos já feitos relativamente às SCUT e que serão oportunamente apresentados.

Foi decidida por Decreto-Lei, a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2003/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2003, que altera a Directiva 76/769/CEE do Conselho no que diz respeito à limitação da colocação no mercado e da **utilização de certas substâncias e preparações perigosas** (nonilfenol, etoxilado de nonilfenol e cimento).

O presente Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera pela vigésima sexta vez a Directiva n.º 76/769/CEE, do Conselho, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros respeitantes à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas.

As alterações agora introduzidas respeitam à limitação da comercialização e da utilização de nonilfenol, etoxilados de nonilfenol e cimento contendo crómio VI.

A fim de evitar que a Comissão Europeia desencadeie um processo de infração com fundamento na falta de transposição da directiva comunitária, considerou-se urgente a aprovação e publicação deste diploma, visto que o prazo de transposição da referida directiva terminou no dia 17 de Julho de 2004.

Também por Decreto-Lei se transpõe Directiva n.º 2004 /16/ CE, da Comissão, de 12 de Fevereiro de 2004, que define os métodos de **colheita de amostras e os métodos de análise para o controlo oficial do teor de estanho nos géneros alimentícios enlatados**. O presente diploma define os métodos de colheita de amostras e os métodos de análise para o controlo oficial do teor de estanho nos géneros alimentícios enlatados, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004 /16/ CE, da Comissão.

Procura assegurar-se, assim, a eficácia comparável dos métodos de análise utilizados pelos laboratórios dos diferentes Estados-membros da União Europeia para o controlo oficial dos géneros alimentícios.

A Directiva em apreço devia ter sido transposta para a ordem jurídica interna até ao dia 31 de Dezembro de 2004, pelo que se considerou urgente a aprovação deste Decreto-Lei.

Ainda por Decreto-Lei é transposta para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro de 2001, relativa à **segurança geral dos produtos**.

As razões que aconselham a alteração da situação existente prendem-se com a necessidade de garantir a segurança dos produtos colocados no mercado, de molde a assegurar um elevado nível de protecção da saúde e segurança dos consumidores.

O presente diploma transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva supra mencionada, criando, ainda, a Comissão de Segurança de Serviços e de Bens de Consumo, que sucede nas atribuições à extinta Comissão de Segurança e elege como ponto de contacto nacional, para efeitos do funcionamento do Sistema de Troca Rápida de Informações (RAPEX), o Instituto do Consumidor, a quem incumbe um conjunto de tarefas especificadas.

O Decreto-Lei estabelece, também, os procedimentos internos que devem ser adoptados pelas entidades de controlo de mercado, relativamente aos produtos colocados no mercado.

O regime previsto neste diploma aplica-se, igualmente, com as necessárias adaptações, aos serviços destinados aos consumidores não abrangidos por legislação específica que regulamente a sua segurança.

Por ausência de medidas nacionais de transposição da Directiva 2001/95/CE, que se encontra na fase de parecer fundamentado desde 18 de Outubro

de 2004, torna-se necessário aprovar e publicar o presente diploma no mais curto prazo possível, de modo a permitir a sua notificação à Comissão Europeia.

Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (PORNDSJ).

O Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na execução do plano, com vista a assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies, comunidade bióticas ou aspectos físicos do ambiente na sua área de intervenção.

A urgência para a aprovação do presente diploma justifica-se pelo facto



de estar em causa um plano de ordenamento de uma área protegida.

Reserva Ecológica Nacional do município de Serpa

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Serpa, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 83/96, de 5 de Junho.

A alteração aprovada através deste diploma enquadra-se no processo de desenvolvimento do Plano de Pormenor da Zona das Actividades Económicas de Vila Nova de S. Bento e do Plano de Pormenor de Vila Verde de Ficalho. Este dois aglomerados serão dotados de melhores acessibilidades com a construção do futuro IP8 Beja - Vila Verde de Ficalho, cujo traçado, que atravessará o município de Serpa, ainda não se encontra definido.

Além da melhoria das acessibilidades, a área do município de Serpa irá beneficiar do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, prevendo-se a intensificação cultural propiciada pelo regadio.

Plano Director Municipal de Faro

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica a alteração ao Plano Director Municipal de Faro para concretização de um Programa de Realojamento Social, no município de Faro.

A existência de uma área de habitação degradada e de barracas que, do ponto de vista social, tem originado vários problemas ao município de Faro, originou a necessidade de criar um espaço de realojamento e de equipamento colectivos complementares tendo em vista a minimização do impacto social criado por esta problemática. Este é o principal objectivo do diploma hoje

Conselho de Ministros

aprovado.

A urgência na presente ratificação decorre da necessidade de concluir um procedimento que se encontra totalmente finalizado e que se mostra inadiável para viabilizar a concretização, na respectiva área, da intervenção de um programa de habitação social para realojamento e respectivos equipamentos colectivos complementares.

Plano Director Municipal da Maia

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica a alteração ao Plano Director Municipal da Maia.

A ratificação deste diploma insere-se no combate à habitação degradada e ao alojamento em barracas que o município da Maia tem vindo a desenvolver numa iniciativa política de realojamento ao abrigo do Programa Espacial de Realojamento (Programa PER). Esta iniciativa integra-se num vasto conjunto de empreendimentos para a realização de habitação económica ao abrigo do PER, num total de 1517, das quais 1240 já construídas ou em fase final de conclusão.

Tendo em consideração as razões que presidiram à aprovação pela Assembleia Municipal da Maia da alteração do respectivo PDM, considera-se justificada a urgência da respectiva ratificação pelo Governo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 380/99, consubstanciando-se num acto de administração ordinária do Governo.

Reserva Ecológica Nacional do município de Albergaria-a-Velha

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Albergaria-a-Velha.

A presente alteração decorre: a) Da elaboração do Plano de Pormenor de Nossa Senhora do Socorro, com o objectivo de qualificar uma área de carácter essencialmente religioso, dotando-a de condições adequadas e satisfatórias para o seu usufruto. De acordo com a delimitação da REN em vigor, a área é classificada como “Área com riscos de erosão” e de acordo com o Plano Director Municipal a mesma classifica-se como “Espaço natural lúdico”, estabelecendo o regulamento que a sua ocupação deverá ser prevista em plano de pormenor a elaborar para esse efeito; b) Da elaboração do Plano de Urbanização de Angeja, onde foram propostas alterações à REN, tendo em conta quer a conformação de perímetros urbanos existentes, quer a expansão urbana de áreas com alguma centralidade, tendo igualmente sido propostas novas áreas a afectar à REN.

A alteração aprovada pelo presente diploma está associada a futuros actos de ratificação de instrumentos de gestão territorial, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 380/99, e enquadra-se no âmbito de actos de administração ordinária do Governo.

Regulamento do Plano Director Municipal de Vagos

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica a suspensão parcial do Regulamento do Plano Director Municipal de Vagos, na área correspondente à de intervenção do futuro Plano de Pormenor da Zona de Equipamento Social de Ouca, bem como, o estabelecimento de medidas preventivas, para a mesma área, pelo prazo de dois anos.

A suspensão parcial do Plano Director Municipal fundamenta-se na verificação de circunstâncias excepcionais, resultantes da alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento sócio-económico local, incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas naquele Plano para a referida área.

O estabelecimento de medidas preventivas destina-se a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Plano de Pormenor da Zona de Equipamento Social de Ouca, em elaboração para a mesma área. Com efeito, este plano tem por objectivo dotar esta área de uma organização espacial que integre um complexo social de interesse local e regional, (integrando creche, infantário, ATL, lar residencial, centro de dia, apoio domiciliário e alojamento temporário), reorganizar a estrutura viária decorrente do projecto do IC1 e estruturar os espaços de uso público, com especial atenção para a envolvente

da igreja matriz da freguesia.

Tendo em consideração as razões que presidiram à aprovação pela Assembleia Municipal de Vagos da suspensão parcial do PDM e do estabelecimento de MP, a qual consubstancia igualmente um acto de administração ordinária do Governo.

Transformação da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos

Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, que transforma a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O diploma aprovado altera o Decreto-Lei n.º 287/93, que transformou a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, no sentido de os membros do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos deixarem de poder optar pela qualidade de subscritores da Caixa Geral de Aposentações, harmonizando o seu regime com os regimes gerais de segurança social dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas existentes.

A não aprovação do presente Decreto-Lei implicaria a manutenção de uma situação de desigualdade dos membros do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, face a outros administradores, designadamente de outras instituições de crédito, que não se justifica.

Plano Director Municipal de Ponte de Lima

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica parcialmente a revisão do Plano Director Municipal de Ponte de Lima e aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do mesmo município.

O Governo resolveu ratificar a revisão do Plano Director Municipal de Ponte de Lima de modo a actualizá-lo em função das novas dinâmicas em diversos sectores, do desenvolvimento económico e social ocorrido durante a respectiva vigência e do novo enquadramento legal entretanto surgido. Foi ainda decidido aprovar a alteração da delimitação da Reserva Ecológica



Nacional relativa ao mesmo município, a qual se enquadra no processo de revisão do referido instrumento de planeamento territorial.

A decisão foi tomada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 380/99 e enquadra-se no âmbito de actos de administração ordinária do Governo.

Programa de Monitorização e Avaliação do Plano Nacional para as Alterações Climáticas

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Programa de

Conselho de Ministros

Monitorização e Avaliação do Plano Nacional para as Alterações Climáticas.

Ao abrigo do Protocolo de Quioto, a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros podem cumprir os respectivos compromissos em conjunto. Assim, estabeleceu-se uma meta de redução global de 8% das emissões de GEE (gases com efeito de estufa) para a Comunidade Europeia, tendo-se definido, ao abrigo do compromisso comunitário de partilha de responsabilidades, metas diferenciadas para cada um dos Estados Membros.

Portugal assumiu o compromisso de limitar o aumento das suas emissões de gases com efeito de estufa em 27%, no período 2008-2012, relativamente aos valores de 1990.

Para atingir aquele objectivo, Portugal aprovou um conjunto de medidas, consubstanciadas no Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2004).

Pretende-se, agora, com o presente Programa de Monitorização e Avaliação do PNAC, assegurar, através do conjunto de indicadores de execução, eficácia e cumprimento, o conhecimento do seu previsível impacto no balanço nacional de emissões de GEE. Tal informação permitirá identificar, em tempo útil, lacunas e ineficiências e respectivas causas na execução de políticas e medidas por parte dos agentes envolvidos.

Para além da componente operacional, o Programa de Monitorização e Avaliação do PNAC estabelece uma relação institucional entre diversas entidades, públicas e privadas, prestadoras de informação essencial para a monitorização de políticas e medidas, divulgando-a a diversos níveis de acesso. Pela extrema importância da matéria e pelos compromissos assumidos internacionalmente por Portugal, no âmbito do Protocolo de Quioto, o Governo considera urgente a aprovação deste diploma.

Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos

Resolução do Conselho de Ministros que cria o Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (SNIERPA).

O estabelecimento do adequado enquadramento legal e institucional que suporte a elaboração anual do Inventário Nacional de Emissões Antropogénicas por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (INERPA) é uma demonstração da determinação do Estado Português em honrar os seus compromissos internacionais (designadamente, ao nível comunitário) no âmbito da protecção, controlo e gestão da qualidade do ar ambiente e das obrigações decorrentes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e do Protocolo de Quioto (PQ).

Pretende-se, assim, a criação de um sistema fidedigno que assegure a transparência, a coerência, a comparabilidade, a exaustividade e o rigor do INERPA.

O estabelecimento de um Sistema Nacional de Inventário, obrigatório a partir de 2007 em cumprimento do artigo 5.1 do PQ, é, pois, um ponto-chave da política de combate às alterações climáticas, uma vez que é com base no inventário de emissões e em projecções baseadas nos dados para ele recolhidos que se calculam metas, se podem consistentemente estimar esforços de redução, e se monitoriza e verifica o respectivo cumprimento.

Embora as obrigações decorrentes da CQNUAC e do Protocolo de Quioto sejam as únicas a exigir o estabelecimento de um Sistema Nacional que garanta a elaboração do Inventário Nacional de Emissões Antropogénicas por Fontes e Remoção por Sumidouros de Gases com Efeito de Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, com directrizes bem definidas, considera-se que o seu enquadramento legal e institucional deve ser alargado à elaboração de um inventário nacional de emissões antropogénicas por fontes e remoção por sumidouros dos poluentes atmosféricos, permitindo, assim, não só um reforço na qualidade da informação, mas também uma optimização de recursos humanos e materiais atribuídos para a elaboração do inventário.

Atendendo à extrema importância da matéria em questão e havendo datas rigorosas a cumprir no plano internacional para a implementação do Sistema, o Governo considera urgente a aprovação deste diploma.

Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) relativo ao período 2005-2007.

O Plano, aprovado através da presente Resolução, define a metodologia e os critérios de atribuição de Licenças de Emissão de gases com efeito de estufa (GEE) às instalações situadas em território nacional que se conformem com a definição constante da alínea g) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro.

O Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) relativo ao período 2005-2007, é essencial à participação portuguesa e concretização do Comércio Europeu de Licenças de Emissão, que a nível europeu arrancou a 1 de Janeiro de 2005. A sua publicação é condição necessária para a atribuição de Licenças de Emissão a cerca de 250 instalações, a ter lugar logo no início do próximo mês de Fevereiro.

Incumbe a Comissão para as Alterações Climáticas, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/98, de proceder, no prazo de 150 dias a contar da data de publicação da presente Resolução: a) à actualização das projecções do PNAC 2004; b) promover os estudos necessários e propor em detalhe a constituição de um instrumento operacional designado «Fundo Português de Carbono», que permita ao Estado Português a obtenção de créditos de emissão por via do financiamento de projectos ao abrigo dos Mecanismos de Flexibilidade previstos no Protocolo de Quioto, e um conjunto de novas Políticas e Medidas de mitigação das emissões de GEE, que devem incluir designadamente os seguintes instrumentos: «Compras Públicas Ecológicas» e «Taxa de Carbono».

Por tudo isto, justifica-se a necessidade e urgência na aprovação deste diploma.

Direito de Portugal a organizar o Campeonato do Mundo de Vela em 2007

Resolução do Conselho de Ministros que mandata o Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro, o Ministro das Finanças e da Administração Pública, o Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações e o Ministro do Turismo para outorgarem, em nome do Estado Português, com a International Sailing Federation (ISAF), o contrato que atribui ao Estado Português o direito de organizar o Campeonato do Mundo de Vela em 2007.

Em 28 de Agosto de 2004, foi anunciada pela International Sailing Federation (ISAF) a escolha de Portugal como país organizador do Campeonato do Mundo de Vela de Classes Olímpicas, no ano de 2007. Este Campeonato irá decorrer em Cascais.

A escolha de Portugal reveste-se de particular importância e relevante interesse nacional, configurando, desde logo, uma oportunidade de projecção de uma imagem positiva de Portugal no exterior, considerada, consensualmente, como um vector estratégico da nossa economia.

Com efeito, Portugal, por virtude da organização deste evento desportivo, será visitado por mais de 1.500 velejadores e 1.000 embarcações, repartidos por 11 classes desportivas e oriundos de 70 países. A permanência desses atletas no nosso país será superior à duração do evento, uma vez que as características particulares deste tipo de desporto obrigam a uma adaptação prolongada às condições físicas do local da prova.

Em termos desportivos e competitivos a sua importância é vital, na medida em que, por um lado, é nesta competição que se procede ao apuramento de 75% dos velejadores que estarão presentes nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008 e, por outro lado, é uma oportunidade única para a modalidade da vela desportiva em Portugal beneficiar da vantagem competitiva, em termos internacionais.

A organização deste evento permitirá desenvolver, criar e melhorar as condições das infra-estruturas necessárias ao incremento do turismo náutico em Portugal quer na sua vertente desportiva, quer na sua vertente de recreio, sendo certo que a sua prática e promoção contribuem inequivocamente para a afirmação da nossa imagem externa como destino turístico de qualidade.

Atendendo ao indiscutível interesse nacional que subjaz à organização por Portugal do Campeonato do Mundo de Vela de Classes Olímpicas, em termos desportivos, de projecção da imagem de Portugal associada a um turismo de qualidade, com evidente retorno económico imediato e mediato e, ainda, pela melhoria e criação de infra-estruturas para a prática deste desporto que vai proporcionar, é urgente, necessário e inadiável a formalização do contrato com a ISAF que permite a sua realização em Portugal. – Fonte: Portal do Governo

O Momento Eleitoral

Apresentação das listas de candidatos a Deputado



A apresentação das listas de candidatos a Deputado pelo PSD, foi feita pelo Presidente do Partido, Pedro Santana Lopes, numa cerimónia que decorreu no salão da Gare Marítima de Alcântara. Santana Lopes, na ocasião, dirigiu-se aos presentes e disse:

Portuguesas e Portugueses, caras Companheiras e caros Companheiros deste percurso cheio de significado.

Estamos aqui para apresentar as listas de candidatos a deputados do PPD/PSD, que integram também candidatos do Partido Popular Monárquico e do Movimento o Partido da Terra.

Estas listas integram sete ministros e três secretários de Estado do Governo que dirijo, como cabeças de lista e tem onze novos cabeças de lista.

Fala-se muito do número de mulheres e do número de homens nas listas de cada Partido. Nas escolhas que são fundamentalmente da minha responsabilidade, orgulho-me de apresentar o maior número de mulheres como cabeças de lista da história do PPD/PSD. Temos cerca de 60% de candidatos novos. E são candidatos escolhidos de acordo com o actual sistema eleitoral para a Assembleia da República e de acordo com a actual legislação sobre partidos políticos. Há renovação. Há quem saia, há quem entre.

Ser deputado, não é um lugar cativo. É um lugar que exige mérito. Assim o deve ser. Para voltar a falar de mulheres e para dar um exemplo dos que saem e das senhoras que saem, que posso referir entre outras: Leonor Beza e Teresa Patrício de Gouveia. Saem, não porque o tivéssemos querido, mas porque quiseram. Foram dirigir grandes Fundações, não podendo ser deputadas. Entram, juntando-se às que já estavam e até como cabeça de lista, Ana Manso, Zita Seabra, militante, penso que há cerca de sete anos, pela mão do Professor Cavaco Silva e Maria João Bustorff, independente. E outras duas: Maria do Rosário Águas, membro do Governo e Glória Marques da Costa, sem qualquer actividade política prévia, tendo-se filiado recentemente no nosso Partido.

Orgulho-me de ter responsabilidades nesta aproximação ao projecto social-democrata. Estas candidatas e todos os candidatos cabeças de lista efectivos e suplentes, estão disponíveis, para dar o seu melhor por Portugal.

Candidatamo-nos na conjuntura que é de todos conhecida. Foi interrompida a meio uma legislatura. Nesta conjuntura em que vivemos, houve episódios que levaram a essa dissolução. Mas dos episódios e das decisões, falaremos nesta campanha. Disputamos eleições, continuando com a responsabilidade de assegurar o Governo de Portugal, no plano interno e no plano externo. E continuamos a ter de assegurar decisões todos esses domínios. Por isso mesmo, temos menos tempo para campanha. Mas temos o nosso tempo, que só nós escolhemos, para começar mesmo a pré-campanha. O PPD/PSD tem grandes responsabilidades nacionais, regionais e locais. E somos responsáveis. E porque somos responsáveis, como disse, temos menos tempo para campanhas. Somos responsáveis e somos solidários. Por solidariedade e responsabilidade enfrentámos e enfrentamos os momentos difíceis com serenidade, pensamos

que com elevação e determinação.

Assim fizemos no Governo, como um todo, quando as dificuldades ameaçaram fosse quem fosse do nosso Partido ou do nosso parceiro da coligação. Penso que nessa, como noutras matérias, não temos lições a receber. Fizemos um acordo político, como o disse, com o Movimento do Partido da Terra e com o Partido Popular Monárquico. Saúdo respeitosamente os presidentes destes partidos, os seus candidatos e os seus militantes, certo de que esta nossa abertura traduz o nosso modo de ver o sistema político. É preciso renová-lo. São precisas novas atitudes, novos contributos, propostas enriquecidas.

Lembro que, em 1979 e 80, quem decidiu então a coligação com o Partido Popular Monárquico, decidiu e bem, no tempo, a representatividade de três deputados. O Partido Popular Monárquico, em Lisboa, coligou-se com a candidatura que encabecei. Ganhei por oitocentos votos. Já tive ocasião de o dizer: desconfio que há mais de mil monárquicos em Lisboa. Só nós, PPD/PSD e este Movimento, podemos assegurar a continuação de um caminho de reformas.

«Os principais protagonistas “...que se disponham a esclarecer tudo”. A esclarecer tudo sobre quem são, o que querem, para onde vão...»

Mas se há quem tenha dúvidas sobre o que acabei de afirmar, que venha debatê-las connosco. De preferência, quem desde o início do período pré-eleitoral, ainda não tomou uma posição de princípio que não tivesse de ser corrigida ou esclarecida por um comunicado imediatamente posterior ou saído dois dias após declaração produzida.

As portuguesas e os portugueses têm direito a que os principais protagonistas que, em Portugal, neste momento, repensam o seu futuro — como dizia no outro dia o Cardeal Patriarca — «...que se disponham a esclarecer tudo.» A esclarecer tudo sobre quem são, quem foram, onde estiveram, o que perderam, o que ganharam, o que sonham, do que desistiram, o que fizeram, o que não decidiram, quem mobilizaram, quem arrastaram, onde romperam, o que construíram. Os portugueses e as portuguesas têm o direito a sabê-lo. É uma questão de atitude. Estou particularmente à vontade para o afirmar ao Partido Socialista.

Eu sei e procuro estudar os argumentos e não os desvalorizo — os argumentos aproveitados pelos nossos adversários.

Ouvi o argumento de que o Partido Socialista, na sua posição actual sobre debates, procura ser coerente com a posição do Dr. Durão Barroso e da sua candidatura em 2002. Mas... minhas amigas e meus amigos! Que estranho critério de coerência pessoal o de procurar ser coerente com as posições de

O Momento Eleitoral

«Porque somos responsáveis temos menos tempo de campanha»

outros e não com as próprias.

Quem defende uma atitude deve procurar ser coerente consigo mesmo, e não em função das circunstâncias, moldar os princípios, evocando atitudes de outros. Sabemos que esta é uma situação comum, sabemos que esta é uma situação em que o País está preocupado, em que está ansioso; quer saber as respostas que têm os principais protagonistas para os problemas que enfrenta.

Como disse, estou particularmente à vontade em matéria de debates. Ainda antes do Senhor Presidente da República anunciar a dissolução, ou de sequer o País saber que ela poderia ter lugar, disse numa entrevista televisiva que estava disposto a todos os debates, com todos os líderes da oposição, como Primeiro Ministro ou líder partidário, numa atitude sem precedentes em Portugal.

Há dois anos, há três anos, travei com o actual líder do Partido Socialista, muitos debates: um debate por semana. Muitos do meu Partido me diziam que o Partido Socialista não tinha feito o mesmo quando estava no poder. Ninguém se dispunha a travar um debate semanal com o principal Partido da oposição ou um seu representante, no telejornal, no horário nobre.

Eu sempre procurei responder e sempre procurei agir em coerência. Quem está no poder, deve estar sempre disponível para dialogar; quem está na Oposição também. Quem está à frente, em sondagens, também. Quem está atrás, em sondagens, também.

Não ter medo de debates é aquilo que o povo português espera de quem se apresenta, como candidato, a governar Portugal. Eu não tenho medo de debates: estou disposto a travar todos.

Como se pode não ter medo de se tomar as decisões que a governação de um país exige, quando há medo ou receio de se sentar frente a frente, com o principal adversário? E há temas que as portuguesas e portugueses querem ver, forçosamente, esclarecidos e debatidos.

O primeiro, o do sistema político. Não podemos ir para estas eleições sem as portuguesas e os portugueses saberem o que pensa cada um dos partidos e cada um dos candidatos a Primeiro-Ministro, cada um dos líderes dos principais partidos, sobre a reforma do sistema político.

Da minha parte digo, desde já, que iremos apresentar no nosso programa, no nosso Manifesto Eleitoral, propostas de revisão nesse sentido.

Foi o Partido Socialista que defendeu uma revisão minimalista da Constituição. Nós dispusemo-nos, mais uma vez, a esse entendimento. Mas a experiência mais recente demonstra que, por exemplo, não pode continuar exactamente na mesma a norma que permite que uma legislatura sem nenhuma vicissitudes que configurem gravidade no funcionamento das instituições, possa



ser interrompida a meio, por um poder discricionário.

O nosso Partido, no passado, apresentou, na década de 90, concretamente em 97 – mas também na década de 80 – propostas de limitações ao poder presidencial de dissolução do Parlamento. Que obstava a que pudesse acontecer uma situação como a que agora ocorreu. É um exemplo, entre muitos. Dos muitos que o PPD/PSD ao longo da sua história tem protagonizado. Mas é bom dizermos antes, às portuguesas e aos portugueses, o que pensamos.

Depois, o sistema Económico. Há quem acredite que o choque tecnológico fará crescer a economia por si só. Eu não acredito. Acho que Portugal precisa de um choque de crescimento. Esse sim. Choque de crescimento da sua economia, de um choque de crescimento da produtividade, de um choque de melhoria das suas condições de competitividade, requisito essencial para a afirmação de Portugal nos anos do futuro e para poder vencer os desafios que tem por diante.

**«Nós vamos apresentar as nossas medidas com coragem,
com ousadia, com determinação»**

E precisa de um choque significativo, no caminho que temos vindo a trilhar. Na redução do peso do Estado, no peso da despesa pública, no peso da Administração Pública, no aumento do Produto Interno Bruto.

Nós vamos apresentar as medidas com coragem, com ousadia, com determinação que representam aquilo que queremos e que sabemos. Esperamos dos outros, neste momento fundamental do sistema económico, que estejam dispostos a fazer o mesmo.

Terceiro, o sistema Social. A sustentabilidade do sistema de Segurança Social. A posição de cada um sobre os vários pilares desse mesmo sistema. A posição de cada um sobre a idade da reforma dos trabalhadores. A posição de cada um sobre o futuro do sistema de Educação, e também da sustentabilidade do sistema de Saúde e do seu Serviço Nacional.

As portuguesas e portugueses querem saber como é que cada um dos dois candidatos a Primeiro-Ministro pensa resolver os problemas que se colocam em cada um destes sectores vitais.

Quarto sistema que quero destacar hoje, o sistema de Justiça. No sentido de trabalharmos como vínhamos a trabalhar para conseguir mais garantias para os cidadãos, para os seus direitos, liberdades e garantias; mas também mais eficácia, maior celeridade. Um sistema de Justiça que proteja as pessoas e que favoreça o desenvolvimento da economia.

Quinto sistema — e permitam-me dizê-lo — o primeiro entre todos: o sistema de valores. As portuguesas e portugueses querem saber o a pensa cada um dos candidatos a Primeiro-Ministro, sobre



O Momento Eleitoral

«Vamos apresentar as nossas medidas com coragem, ousadia e determinação»

os princípios e valores que devem reger a organização das sociedades contemporâneas.

Da nossa parte, queremos uma sociedade equilibrada, uma sociedade livre, uma sociedade tolerante, mas uma sociedade de verdade e de respeito pelos princípios fundamentais, do amor à Pátria, do amor à célula fundamental da organização da sociedade, a Família. Uma sociedade que assente a sua organização na transparência absoluta em relação ao que cada um defende para os seus filhos, para os seus familiares, para a organização da comunidade.

Espero a este propósito, uma campanha com elevação, uma campanha com sentido absoluto de respeito pelo próximo, em que nada fique «escondido na manga».

Não posso deixar de salientar o exemplo dado pelo presidente do Governo de Espanha: discordando-se ou concordando-se com as decisões que tomou, depois de ser empossado, como Presidente do Governo, teve a hombridade de dizer, antes das eleições, que iria a assumir essas opções, se viesse a ser eleito. Aqui, cada candidato a Primeiro-Ministro deve fazer o mesmo, sobre as matérias mais fáceis, sobre as mais difíceis, especialmente sobre as mais exigentes, é vinculativo o compromisso de cada um dizer quem é e de cada um dizer o que pensa e o que propõe sobre Portugal.

Não querer debater todos estes temas até à exaustão, é desprezar os portugueses. É querer tentar agarrar o poder só para ter o poder, sem se explicar o que se quer fazer com ele, é na prática uma forma de enganar as pessoas. O País só pode estar seguro se não decidir no escuro. E para não decidir no escuro tem de saber a verdade sobre o que cada um propõe para o futuro de Portugal.

Portuguesas e portugueses: o PPD/PSD quer ser o primeiro partido nas próximas eleições do próximo dia 20 de Fevereiro.

Não nos impressionamos com sondagens. Penso que também tenho autoridade para dizê-lo. Conhecemos a realidade no terreno. Por isso, como ainda se viu este fim-de-semana, os nossos adversários estão inquietos e cometem determinados abusos. Calculam que nas funções que exerço sou razoavelmente informado. E sei bem do que se passa. E sei — e para isso não é preciso exercer as funções para que fui empossado — que normalmente só está intranquilo, só abusa quem está incomodado com as perspectivas de uma vitória que anuncia mas que sabe que, cada vez mais, irá fugir à medida que o tempo passa e à medida que chegue o nosso tempo de pré-campanha e de campanha.

Dizemo-lo sem sobrançeria, sem arrogância, com humildade, mas oiçam bem o que vos digo: apesar de tudo o que nos têm feito, vamos ganhar as próximas eleições. Vamos ganhá-las! Podem crer que vamos mesmo ganhá-las! Vamos ganhá-las, podem acreditar!!!

Que não se assustem, que não se assustem os que não contam com isso. Governaremos com respeito democrático. Governaremos com sentido de responsabilidade mas, todos compreenderão, com uma diferente autoridade, para não permitir a repetição de situações que aconteceram nestes meses.

Sabem que quero um país virado para a frente, sabe-o a juventude. Eu conto muito com a juventude para essa quase surpresa. Quase, porque eles, apesar de tudo, contam um pouco com ela, que vai acontecer na noite de 20 de Fevereiro de 2005. Um país de gente que estude, de gente que investigue, de gente que trabalhe, sabendo, no entanto, que a vida é um dom de Deus pelo qual há que dar graças todos os dias. Um país que não tenha vergonha de chorar quando estiver triste. Mas um país que também não tenha problema de rir, se estiver feliz. Um país em que as pessoas se respeitem e que não se ofendam.

Tenho procurado dar esse exemplo: responder à ofensa e à calúnia com a serenidade. Eu e os que comigo trabalham, como ainda ontem pudemos testemunhar.

Um país que goste de si mesmo, um país que acredite no seu futuro.

Connosco, os portugueses sabem com o que contam. Alguns episódios houve, infelizmente.

Dêem-me o vosso voto e tudo será diferente.

«Há alguns poderosos neste País que têm a mania de que mandam mais que o povo»

Quem se nos opunha, tem dito que o problema era os votos desta maioria serem de Durão Barroso e não meus. Então há uma maneira fácil de resolver



esse problema. Dêem-me esses votos. Apoiem o PPD/PSD e esses problemas vão desaparecer. Pensemos bem antes de escolher e peço a quem não tem votado — e vários são os que tenho encontrado que estão nessa disposição. Peço àqueles que não têm votado, mesmo durante muitos anos, para desta vez nos virem dar esse apoio, e virem ajudar a fazer justiça.

Há alguns poderosos neste País que têm a mania de que mandam mais que o povo. Entendem que o povo pode votar de quatro em quatro anos, que eles no intervalo, lá vão trabalhando para que tudo fique mais ou menos na mesma, seja qual for a escolha do povo.

Comigo, durante estes quase seis meses, sabem que não foi assim. Tomámos medidas que esses — alguns — poderosos não gostavam. A lei das rendas não deixa na mesma a relação dos que precisam de casa com o sistema bancário. O que fizemos com as SCUTS mexe com contratos de financiamento de condições excepcionalmente vantajosas. E sobre esta matéria, anunciaremos a solução final, dentro de poucas horas.

As decisões que tomámos sobre os impostos a pagar pelo sector financeiro, eram reclamadas por muitos, há anos. Até pelos que se dizem, e acreditamos que sejam, comunistas. Mas nunca o conseguiram fazer. Nestes meses tomámos essas decisões. Connosco, esses “alguns” (que não são todos, felizmente; há muito quem seja poderoso, quem tenha vingado na vida, quem tenha criado riqueza e tenha a noção do interesse colectivo) certamente se deram mal e hão de dar-se mal!.

Mas há alguns que pensam que mandam mais do que o povo. E é a esses que temos que dar resposta no próximo dia 20 de Fevereiro, que têm de se habituar a que as taxas dos impostos das famílias vão continuar a baixar, que queremos criar mais situações de competitividade para as empresas, que quem foge ao fisco vai ser cada vez mais penalizado, nomeadamente com as brigadas anti-crime fiscal que criámos e são contempladas na legislação que envolve as normas do OE para 2005.

Vão ter de se habituar. Que os funcionários públicos tinham direito e vão

O Momento Eleitoral

Por amor e dedicação à Pátria
o PPD/PSD vai ganhar no dia 20!



ter direito aos seus aumentos depois destes anos sem poderem ser aumentados por causa do estado em que o grupo do pântano deixou o País.

E vejam lá! Se a situação, actualmente, era tão difícil, era tão má, era tão questionável, se havia tanta agitação social, como foi possível que trabalhadores e empresários, mesmo sem a participação do Governo, nas duas últimas semanas, celebrassem um acordo sobre a contratação, como há muitos anos não existia em Portugal.

Que falta de sentido tudo isto fez, tudo isto faz! Nós não vergamos, não esmorecemos. Continuamos em frente. Fizem mal ao País. Agora há que lhe fazer bem. Há que escolher bem. Decidir bem.

Apresentaremos o Programa do Governo, e a estrutura, que não obviamente os nomes, que considero adequada, no próximo dia 21. Em Fevereiro, assinarei em público o compromisso de honra sobre as dez principais medidas para lançar, logo que tome novamente posse destas funções.

E também é sobre essa mesma estrutura do Governo que levarei essas medidas a cabo, nos próximos quatro anos e meio.

Como disse, chegámos a esta situação, por causa de alguns “episódios”. Mas eu quero dizer às portuguesas e aos portugueses, que mesmo tendo havido alguns “episódios” que não deviam ter tido lugar, durante esta campanha devemos procurar analisá-los nas suas causas. Irei fazê-lo, falando livremente, como gosto de fazer. Mas mesmo alguns episódios, até podem ter valido a pena se simultaneamente tiver havido, se houver, grandes decisões. E grandes decisões houve, nestes meses como no Governo do meu antecessor.

Antes pequenos episódios e grandes decisões, do que episódios infelizes sem nenhuma decisão, como é próprio do Partido Socialista e da sua governação.

Estão aqui presentes as candidatas e os candidatos a deputado. E eu quero dizer perante todas e perante todos, perante a comunicação social, que cumprindo a sua missão com empenho e com respeito pelos princípios do Estado Democrático de Direito, propõe, sugere debates a todas as forças políticas, eu diria que também o desejo, a um ritmo, num nível, e com um conteúdo pertinência nas propostas de debate apresentadas, a um ritmo, repito, sem precedentes, tanto quanto me lembro na história das eleições democráticas em Portugal.

A comunicação social quer proporcionar às portuguesas e aos portugueses e muitas associações por esse país, essa oportunidade de esclarecimento das posições de cada um.

Nós vamos trabalhar no tempo que estabelecemos. Agora é o tempo das candidatas e dos candidatos a deputado, os cabeças de lista, por todo o País,

dizerem o que fizemos e o que queremos fazer. Quem somos e como nos comparamos com quem compete connosco. Como disse, sempre com respeito, como é nosso timbre, pela personalidade e pela individualidade de cada um.

Mas com coragem, com ousadia, com firmeza, com determinação, pensando no futuro de Portugal. Há quem queira transformar estas eleições num referendo, como têm escrito a mim próprio. Não o considero democraticamente saudável, mas não tenho medo. E por isso mesmo, peço a todas as candidatas e candidatos a deputados, que também não se furtem a essa comparação.

Já que tantos gostam de falar, deixem-me dizer: quando estive em funções, quatro anos ou mais, não fiquei com uma relação má com as pessoas para quem trabalhei. Na cultura, muitos artistas ficaram com uma relação de apoio, de amizade e de solidariedade, para sempre, como penso que é público e manifesto. Na cultura, onde estive cinco anos. Na Figueira, onde estive quatro anos. Penso que entre a Figueira e mim ficou uma relação também para todo o sempre.

Gostava de saber quantas ou quantos dos nossos adversários podem apresentar situações equivalentes. É por isso que digo às portuguesas e aos portugueses: dêem-me a

possibilidade de governar quatro anos com o vosso voto. Estou convencido que os que aqui estamos, com todo o Portugal, ficaremos com uma relação equivalente.

Não quero... eu ia dizer, não prometo, que outros tenham atitudes iguais às que nós mantemos sempre. Mas eu quero dizer hoje aqui, que não tirarei, nem procurarei tirar qualquer ilação vingativa da nossa vitória do próximo dia 20 de Fevereiro. Sei perdoar a quem erra em situações políticas graves, mas por uma razão só: pelo interesse de Portugal. O interesse de Portugal exige que não percamos tempo. Estamos no semestre em que decisões fundamentais vão ser tomadas.

Ainda anteontem, em Paris e durante um tempo bastante superior ao previsto, falei muito sobre esse tema com o Presidente da República Francesa. Este é um semestre no qual vão ser tomadas decisões vitais para o período de 2007 a 2013. E nós vamos ter de decidir sobre esses temas. Sobre a revisão do Pacto de Estabilidade; sobre as novas perspectivas financeiras. Portugal não pode perder tempo. Sabemos que vamos ter eleições. Sabemos que depois há a posse do novo Governo. Sabemos que depois há o tempo de continuar. E o tempo de continuar é, se a maioria for a mesma, se quem tiver a responsabilidade principal forem os mesmos, um tempo de continuação do nosso trabalho, com outra estabilidade, outra autoridade, outras condições de êxito e de sucesso.

Se fossem outros a assumir estas funções, ao tempo da posse, ao tempo dos rituais, das cerimónias, das publicações, havia que juntar o tempo do conhecimento dos dossiers e chegaria o fim do semestre em que as decisões estavam tomadas. E chegaria o verão do receio dos incêndios. E chegaria o novo ano escolar, o início do novo ano lectivo. Portugal não pode perder tempo. É por isso que volto a dizer: não tenho muito tempo para campanhas. Tenho que continuar a ser Primeiro-Ministro e com honra o sou, com honra o serei. E se o Governo de gestão tem dificuldades, gostava que os descobridores de maravilhas me encontrassem um governo no mundo, num país, porventura desconhecido, em que um governo não tivesse dificuldades.

Continuo a ser Primeiro-Ministro, continuaremos a ser ministros, secretários de Estado, presidentes de Câmara, governadores Civis, com sentido de responsabilidade. Temos pouco tempo para a campanha mas o tempo que temos vai chegar para ganhar e fazer ganhar Portugal.

E por isso mesmo vos digo, quem escolhe o nosso tempo, somos nós. Eu sei que muitos estranham que não estejamos na estrada a correr o País, a tentar recuperar o atraso que nos atribuem. Tenham calma. Fazemos à nossa maneira. A muitos, ainda lhes custa acreditar, mas no dia 20 de Fevereiro de 2005, o PPD/PSD vai ganhar as eleições, por amor a Portugal! – **Gab. Aud. Vis. PSD**

O Momento Eleitoral

A lista completa dos candidatos a Deputado, apresentada pelo PPD/PSD

Alguns dias depois da apresentação na Gare Marítima de Alcântara, o Conselho Nacional do Partido Social-Democrata, reunido num hotel de Lisboa, aprovou as suas listas de candidatos às próximas eleições legislativas e que são assim compostas:

AVEIRO

- TOTAL DE DEPUTADOS: 15

1º Luís Marques Mendes; 2º Herminio Loureiro; 3º Manuel Oliveira; 4º Luís Montenegro; 5º Regina Bastos; 6º José Ribeiro; 7º Jorge Tadeu; 8º Abílio André (JSD); 9º Paulo Matos; 10º Isménia (TSD); 11º Acácio Coelho; 12º Pina Marques; 13º Miguel Meireles (JSD); 14º Dulcinea e 15º José Carvalheira

BEJA

- TOTAL DE DEPUTADOS: 3

1º Glória Marques da Costa – Advogada (Odemira); 2º Amílcar Bengla Mourão – Gestor (Moura); 3º Mário Simões (Beja).

BRAGA

- TOTAL DE DEPUTADOS: 18

1º Luís Filipe Menezes – Médico; 2º Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa – Empresário (CPD); 3º Miguel Bento Martins da Costa Macedo Silva – Advogado (Braga); 4º Patinha Antão – Economista; 5º Fernando Santos Pereira – Advogado (Barcelos); 6º Emídio Guerreiro – Psicólogo (Guimarães); 7º Carlos Jorge Martins Pereira – Arquitecto (Vila Verde); 8º Jorge José Varanda Pereira – Advogado (Vieira do Minho); 9º Eugénio Fernando de Sá Serqueira Marinho – Advogado (Fafe); 10º Maria Irene Martins Baptista da Silva – Professora (Esposende); 11º Joel Miranda Fernandes de Sá – Estudante Universitário (JSD); 12º Joaquim Monteiro da Mota e Silva – Gestão Empresas (Celorico de Bastos); 13º Maria José Araújo Morais – Bancária (Terras de Bouro); 14º Serafim Figueiral Rebelo – Enfermeiro (TSD); 15º Maria Leonor Rebelo Faria – Funcionária Pública (Póvoa de Lanhoso); 16º Jorge Paulo Oliveira – Advogado (Vila Nova de Famalicão); 17º Custódia Manuela Vilela de Magalhães – Advogada (Cabeceiras de Basto); 18º Helena Maria Pires Gonçalves – Professora (Vieira do Minho)

BRAGANÇA

- TOTAL DE DEPUTADOS: 4

1º Domingos Duarte Lima – Advogado; 2º Adão José Fonseca da Silva (Bragança); 3º João Henriques (Mogadouro); 4º Olimpia Candeias (Carrazeda de Ansiães)

CASTELOBRANCO

- TOTAL DE DEPUTADOS: 5

1º Nuno Morais Sarmento – Advogado; 2º Carlos Alberto Pinto – Gestor/ Empresário (Covilhã); 3º Fernando Marques Jorge – Médico (Castelo Branco); 4º António Ribeiro Cristovão – Jornalista (Proença-a-Nova)
5º António Melo Bernardo – Advogado (Castelo Branco)

COIMBRA

- TOTAL DE DEPUTADOS: 10

1º Zita Seabra; 2º António Paulo Martins Pereira Coelho – Economista (Coimbra); 3º Jaime Marta Soares – Quadro Dirigente Adm.Pública (Vila Nova de Poiares); 4º Fernando Antunes – Advogado (Penela); 5º Miguel Almeida – Gestor (Figueira da Foz); 6º Miguel Fernando Alves Ramos Coleta – Farmacêutico (Pampilhosa); 7º Filipe Nascimento (JSD); 8º Pedro Machado - Professor

(Montemor-o-Velho); 9º Ana Paula Fernandes – Advogada (Cantanhede); 10º José Alberto Martins Coelho – Jurista (TSD)

ÉVORA

- TOTAL DE DEPUTADOS: 3

1º Maria João Bustorf – Ciências Sociais e Políticas; 2º António Dieb – Gestor (Évora); 3º Josué Almeida Bacalhau – Advogado (Vila Viçosa); 4º António José Ramalho – Gestor (Estremoz)

FARO

- TOTAL DE DEPUTADOS: 8

1º José Mendes Bota – Economista (Faro); 2º José Pereira da Costa; 3º Luís Filipe Soromenho Gomes – Engenheiro do Território (Vila Real de Sto Antº); 4º Carlos Eduardo Silva e Sousa -Advogado (Albufeira); 5º Ofélia Isabel Andrés da Conceição – Advogada (Faro); 6º Alberto Augusto Rodrigues de Almeida – Filologia Românica (Olhão) (TSD); 7º Cristovão Duarte Nunes Guerreiro Norte – Gestor (JSD); 8º Joaquim Carlos Piscarreta Rego – Bancário (Lagoa)

GUARDA

- TOTAL DE DEPUTADOS: 4

1º Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso – Administradora Hospitalar (Guarda); 2º Miguel Jorge R.A. Frasquilho – Economista; 3º Luís Couto Paula – Economista (Trancoso); 4º Rui Ventura – Técnico Autarca (Pinhel)

LEIRIA

- TOTAL DE DEPUTADOS: 10

1º Luís Paes Antunes – Advogado; 2º Feliciano Barreiras Duarte – Assistente Universitário (Bombarral); 3º Mário David – Médico; 4º Carlos Poço – Engenheiro (Leira); 5º Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro – Economista (Pombal); 6º Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos – Gestor de Empresas (Batalha); 7º Daniel Miguel Rebelo – Gestor (Caldas Rainha) (JSD); 8º Rui Morais – Advogado (Alcobaça); 9º João Carlos Barreiras Duarte – Administrador (Bombarral); 10º Fernando José Pimenta Rodrigues – Engenheiro Electrotécnico (Ansião)

LISBOA

- TOTAL DE DEPUTADOS: 48

1º Pedro Miguel de Santana Lopes – Advogado (Lisboa AM - F); 2º Manuel Joaquim Dias Loureiro – Advogado; 3º Helena Lopes Passos Rosa Lopes da Costa – Professora (Algés); 4º Pedro Augusto Cunha Pinto – Gestor; 5º António Alfredo Delgado da Silva Preto - Advogado (Lisboa AM - A); 6º Rui Manuel Lobo Gomes da Silva – Advogado (Lisboa AM - D); 7º Arménio dos Santos – Bancário (TSD); 8º José Manuel de Matos Correia – Advogado (Lisboa AM - G); 9º Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes – Advogado (Cascais); 10º MPT – Pedro Quartim Graça Simão José; 11º PPM – Nuno Maria da Câmara Pereira; 12º Henrique José Praia da Rocha de Freitas – Técnico Relaç. Internac. (Lisboa AM - I); 13º José Manuel Marques de Matos Rosa – Técnico Tributário (Portalegre); 14º José Manuel Amaral Lopes – Advogado (Algés); 15º Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco - Economista (Lisboa AO); 16º Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá (JSD); 17º Sérgio Lipari Garcia Pinto – Advogado (Lisboa AM - A); 18º Bruno Miguel Pedrosa Ventura – Ciência Política (JSD); 19º Nuno Miguel Pereira Brilho Anselmo - Gestor (Sintra); 20º Victor Manuel Roque Martins Reis – Arquitecto (Lisboa AM - D); 21º Carlos Manuel das Neves Reis dos Santos – Empresário (Amadora); 22º João Pedro Henriques dos Santos Mota - (Lisboa AM - H); 23º Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro – Funcionário Público (TSD); 24º Aníbal José Gonçalves Cabeça – Jornalista (Algés); 25º Rui Ribeiro Rei – Gestor (Vila Franca de Xira)
26º António Jorge de Oliveira Lopes – Advogado (Azambuja); 27º Paulo Jorge Guedes da Silva – Advogado (Moscavide); 28º José Alexandre Veloso Martins

O Momento Eleitoral

A lista completa dos candidatos a Deputado, apresentada pelo PPD/PSD

Bento – Designer (Lisboa AO); 29º Carlos Manuel Lavrador Jesus Carreiras – Gestor (Cascais); 30º Carlos Manuel Maio Bodião – Gestor (Lisboa AM – Odivelas); 31º João Augusto Martins Taveira – Empresário (Lisboa AM - E); 32º Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar – Advogado (Lisboa AM - Oriental); 33º Elisabete Oliveira; 34º Costa Oliveira – Engenheiro; 35º MPT – Manuel Ferreira dos Santos – Engenheiro; 36º PPM – Paulo Jorge Abraços Estêvão; 37º Francisco Martins – Advogado; 38º Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz (Mafra); 39º Carlos Alberto Alvarez de Faria e Chagas – Professor Universitário (TSD); 40º Ricardo Machado (Lisboa AO); 41º Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro – Advogado (Amadora); 42º Maria Teresa Lourenço da Silva Leal Ferreira – Advogada (Loures); 43º António Lourenço; 44º Paulo Manuel Bernardes Moreira – Funcionário Público (Lisboa AM – D); 45º António Costa Rodrigues – Advogado (Lisboa AM – Queluz); 44º Francisco Oliveira; 47º Rodrigo Miguel Dias Saraiva (Lisboa AM – F); 48º Miguel Luz

PORTALEGRE

– TOTAL DE DEPUTADOS: 2

1º Carlos Costa Neves; 2º Domingos Alberto Macedo Silva Bento – Inspector (Ponte de Sôr)

PORTO

– TOTAL DE DEPUTADOS: 38

1º José Pedro Aguiar Branco; 2º José Freire Antunes; 3º Marco António Costa (Valongo); 4º Jorge Neto; 5º Jorge Costa – Engenheiro; 6º Agostinho Branquinho (Porto); 7º Paulo Rangel; 8º PPM - Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz; 9º Pedro Duarte; 10º José Raul Santos; 11º Sérgio Vieira (Porto); 12º Miguel Santos (Distrital); 13º Ricardo Almeida (Distrital); 14º Ana Zita Gomes (JSD); 15º Daniel Figueiro (JSD); 16º Abílio Costa (Santo Tirso); 17º Maria Germana Rosete (Gondomar); 18º Maria João Fonseca (Paredes); 19º Mário Fontemanha (Vila Nova de Gaia); 20º Carlos Pinto (Penafiel); 21º Miguel Paiva (Vila do Conde); 22º Tiago Vasconcelos (Trofa); 23º Cláudia Babo (Paços de Ferreira); 24º Armando Loureiro (Póvoa do Varzim); 25º Ricardo Vieira (Amarante); 26º PPM – Gonçalo Maria da Câmara Pereira; 27º Vale Peixoto (TSD); 28º Rosa Manuela Araújo (Trofa); 29º Arnaldo Madureira (Matosinhos); 30º Mário Duarte (Valongo); 31º Nuno Sá Costa (Baião); 32º Belquiste Suzano (TSD); 33º Luís Lima (Felgueiras); 34º Francisco Lopes (JSD); 35º Hernâni Ribeiro (Maia); 36º Albino Cruz (Marco de Canavezes); 37º Bernardino Costa Pereira (Maia); 38º Maria Aurora Vieira (Gondomar)

SANTARÉM – TOTAL DE DEPUTADOS: 10

1º Miguel Miranda Relvas – Gestor (Tomar); 2º Mário Albuquerque – Professor, (Ourém); 3º Vasco Cunha – Relações Internacionais (Cartaxo); 4º Natália Carrascalão – Relações Públicas; 5º António Campos – Engenheiro (Santarém) (TSD); 6º Arnaldo Santos – Gestor (Torres Novas); 7º Carlos Carrão – Jornalista (Tomar); 8º Pedro Reis – Advogado (JSD); 9º Sílvia Ferreira – Professora (Benavente); 10º João Moura – Engenheiro (Ourém)

SETÚBAL

– TOTAL DE DEPUTADOS: 17

1º Fernando Negrão – Jurista (Setúbal); 2º Luís Filipe Alexandre Rodrigues – Engenheiro Civil (Seixal); 3º MPT – Luís Filipe Carloto Marques – Engenheiro Técnico Florestal; 4º Bruno Jorge Viegas Vitorino – Empresário (Barreiro); 5º António Pedro Roque da Visitação Oliveira – Professor (Almada); 6º Pedro Do Ó Barradas de Oliveira Ramos – Advogado (Santiago do Cacém); 7º Nuno Filipe Miragaia Matias – Economista (JSD); 8º Ana Isabel Luís Alves Ribeiro – Advogada (CPD) (Setúbal); 9º Eduardo Manuel Costa Amigo – Funcionário Público (Sesimbra); 10º Isabel Alexandra Sobral Dias Nunes – Gestora (Grândola); 11º Carlos Alberto Pina Fradique – Engenheiro Técnico Civil (Montijo); 12º Patrícia Maria Oliveira da Silva Cordeiro – Funcionária Judicial (Palmela); 13º MPT – João Carlos de Mira Aniceto Ramalho Claro – Biólogo; 14º Maria Fernanda

Pardaleiro Velez – Professora (Moita); 15º Jorge Alexandre Freire Viegas Cardoso – Engenheiro Electrotécnico (Alcochete); 16º José Manuel da Silva Costa – Professor (Sines); 17º Paulo Rui Santos Reinho Valdez – Economista (Setúbal)

VIANA DO CASTELO

– TOTAL DE DEPUTADOS: 6

1º José Eduardo Rego Mendes Martins – Advogado (Paredes de Coura); 2º Luís Álvaro Campos Ferreira – Advogado (Valença); 3º Carlos Parente Antunes – Inspector de Educação (Viana do Castelo); 4º Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves – (Arcos de Valdevez); 5º Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio – Trabalhador / Estudante (Viana do Castelo); 6º Maria Augusta Gabriel – Professora (Ponte da Barca);

VILA REAL

– TOTAL DE DEPUTADOS: 5

1º Rosário Águas; 2º Ricardo Jorge Olimpio Martins – Engenheiro (Vila Real); 3º Delmar Ramiro Palas – Professor (Chaves); 4º Luís Pedro Sampaio Sousa Pimentel – Engenheiro (Alijó); 5º Paulo Sérgio Pereira Pimenta – Professor (Vila Pouca de Aguiar) (JSD)

VEISEU

– TOTAL DE DEPUTADOS: 9

1º José Luís Fazenda Duarte Arnaut – Advogado (Lisboa); 2º António Joaquim Almeida Henriques – Empresário (Viseu); 3º Melchior Ribeiro Pereira Moreira - Professor (Lamêgo); 4º Carlos Andrade Miranda – Advogado (Tondela); 5º Helena Maria Andrade Cardoso Machado Oliveira – Professora (Viseu); 6º Elvira da Costa Bernardino Matos Figueiredo - Professora (Moimenta da Beira) 7º Pedro Filipe dos Santos Alves - Professor (Viseu) (JSD); 8º Eugénia Maria Rocha Liz – Professora (Vouzela); 9º António Manuel Pais Silva – Advogado (Mangualde)

AÇORES

– TOTAL DE DEPUTADOS: 5

1º João Bosco Mota Amaral – Advogado; 2º Victor do Couto Cruz – Advogado; 3º Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte – Licenciado Farmácia; 4º Luis Carlos Correia Garcia - Engenheiro – Zootécnico; 5º Judite Maria Jorge da Silva – Jornalista

MADEIRA

– TOTAL DE DEPUTADOS: 6

1º Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim – Direito; 2º Guilherme Henrique Valente R. Da Silva – Advogado; 3º Manuel Filipe Correia de Jesus - Advogado 4º Hugo José Teixeira Velosa – Advogado; 5º Carlos Alberto Rodrigues – Gestor; 6º Marilyn Josefina Vieira Moniz - Jurista

EUROPA

– TOTAL DE DEPUTADOS: 2

1º Carlos Alberto Silva Gonçalves – Técnico de Serviço Social; 2º Manuel Joaquim dos Santos Ferreira - Bancário

RESTO DO MUNDO

– TOTAL DE DEPUTADOS: 2

1º José de Almeida Cesário – Professor; 2º Carlos Páscoa Gonçalves – Consultor de Empresas - **Gabinete de Informação e Relações Públicas**

O Momento Eleitoral

Conferência de Imprensa de Santana Lopes destaca contradições do PS e define parâmetros da nossa campanha



No passado dia 16, o Presidente do nosso Partido, Pedro Santana Lopes, reuniu com representantes dos órgãos de Informação, em conferência de Imprensa, na qual afirmou:

Tive já ocasião de dizer, que não considero ser ainda a altura para iniciar a campanha ou mesmo a pré-campanha.

Tenho assistido à exposição das diferentes teses e posições por parte dos outros concorrentes às eleições e nomeadamente por parte do outro candidato a Primeiro-Ministro, o líder do Partido Socialista.

Decidi proceder a este interregno breve na linha de orientação que tinha traçado, devido à sucessão de declarações sobre o orçamento 2005 e sobre as propostas económicas e financeiras do Partido Socialista para a próxima legislatura, caso conseguisse ganhar as eleições.

É significativo o contraste entre o que o PS disse e o que o PS diz. Entre o que o Eng. Sócrates afirmou durante anos, e o que agora afirma, e às vezes de um dia para o outro e por vezes de uma hora para a outra.

Quero começar por salientar o equilíbrio da intervenção do Dr. António Vitorino, que ouvi na sessão das Novas Fronteiras. Disse que nos próximos anos para Portugal não seriam de esperar facilidades; que medidas difíceis tornar-se-iam exigíveis, e reconheceu na prática a procedência do trabalho levado a cabo pelo Governo do Dr. Durão Barroso, e também a pertinência de medidas que adoptámos, continuando a política de rigor no Orçamento de 2005.

Mas, como é sabido, foi o Eng. Sócrates que durante 2 anos, e nomeadamente em vários debates em que participou comigo na Rádio Televisão Portuguesa, criticou sempre a política de rigor e as medidas difíceis de Durão Barroso e da então Ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite.

Neste momento, pela voz do Dr. António Vitorino, o Partido Socialista volta a falar em situação difícil, primeira contradição.

Segunda proposta, que nem merece comentários, a promessa de um crescimento de 3% durante os anos da próxima legislatura e a consequente criação de 150 mil novos empregos.

Para começar, todos sabemos que é tecnicamente impossível com um crescimento de 3% conseguir um aumento de 5% de emprego da população activa. A população activa são cerca de 3 milhões de portugueses, tirando os funcionários públicos e aqueles que não são trabalhadores por conta de outrem. Conseguir um aumento de 5% de postos de trabalho com um crescimento de 3%, sabem os especialistas na matéria que é impossível e o próprio porta-voz do Partido Socialista para estes assuntos imediatamente veio corrigir esse primeiro erro.

Tentativa de apropriação e plágio do PS, de iniciativas e medidas dos governos Barroso e Santana Lopes

Mas, segunda contradição, a salientar as críticas que eram feitas pelo Partido Socialista, na oposição, aos projectos do Governo do Dr. Durão Barroso e ao meu Governo, quando, neste momento, o Eng. José Sócrates diz que os principais projectos com que seria feito o aquecimento ou crescimento da economia seriam o TGV e a terceira travessia do Tejo, entre outros projectos que foram decididos pelo Governo de Dr. Durão Barroso ou pelo meu Governo. Aliás roça os limites, (as fronteiras de facto novas) do descaramento político, erigir como prioridade da acção do Governo, decisões que foram tomadas e consagradas em cimeiras, por exemplo entre o Governo Português e o Governo Espanhol na Figueira da Foz, como o do

Comboio de Alta Velocidade que o Partido Socialista não conseguiu (quando era Governo) desenvolver, ao ritmo adequado às necessidades do nosso progresso.

Depois o que revela a própria proposta dos 3% de crescimento nos próximos anos. O Orçamento para 2005, o orçamento do meu Governo chama-se “O orçamento do crescimento com justiça social”. Mais uma contradição: quando nós elevamos a prioridade da acção do Governo para os próximos anos, ao crescimento da economia, à melhoria e o crescimento da produtividade, essa prioridade é transportada pelo Eng. Sócrates para níveis que não dependem da vontade dos decisores políticos portugueses, como qualquer aprendiz de economia sabe.

Foi aliás o próprio porta-voz do Partido Socialista para estes assuntos, que imediatamente veio corrigir essa visão do crescimento da economia a 3% baseada na injeção de capital com base nestes grandes projectos e em parcerias público-privadas que já estão em execução.

Depois, o terceiro erro ou contradição, que se refere à essência do orçamento que apresentei na Assembleia da República e que a Assembleia aprovou. Refiro-me à consideração de que vale a pena, em nome da estabilidade fiscal, manter aquilo que há um ou dois meses se considerava como irresponsável, como demagógico, como instrumento para caçar votos, como arma para tentar seduzir os portugueses, esquecendo as responsabilidades para com o País. Este argumento é facilmente desmontável. O novo Governo será eleito (esperemos que o nosso) no próximo dia 20 de Fevereiro. Mas, seja qual for, a posse será em Abril, e portanto, entre aprovar um novo orçamento e não aprovar (ou fazer alterações ao orçamento, como foi prometido há 2 meses) chegaríamos a Junho, seguramente. A diferença entre Junho e a data para a apresentação do ano seguinte, são poucos meses. O novo orçamento seria apresentado em Outubro. Qual é a estabilidade que é tão importante que vale mais uma estabilidade de uns meses do que alterar medidas que se consideravam há pouco tempo tão nocivas para os interesses dos portugueses? Ou seja, as medidas eram muito prejudiciais para Portugal, eram irresponsáveis, mas agora quando



começou a cheirar a poder, já passaram a ser medidas positivas, não se deve mexer nelas, em nome de uma suposta estabilidade de 3 ou 4 meses; é a contradição das contradições.

Ontem ouvi mais um argumento inacreditável. O do que não se iriam reintroduzir agora os privilégios ou benefícios fiscais, porque isso implicaria mexer nas taxas do IRS, que este Governo (no Orçamento que apresentei) baixou, numa medida que foi tão contestada pelo líder do Partido Socialista.

Afinal em que ficamos? É mau ou é bom descer as taxas do IRS?

É que, se é mau, então vale a pena ganhar eleições e alterá-las, voltar a subi-las. Se nós afinal tínhamos razão, então porquê tanta crítica há 2 meses?

As portuguesas e os portugueses começam a ver no que se iriam meter se esta equipa liderada pelo Eng. Sócrates ganhasse as eleições.

A propósito de contradições, que dizer da proposta sobre a definição, ou melhor, sobre a indefinição do limiar da pobreza e dos valores de subida das pensões sociais? Eu sei que é difícil, quando não temos instrumentos de apoio por perto, responder logo na altura às questões que são postas pela Comunicação Social ou por outrem, mas foram dias demais para responder ao valor que se estima para o limiar da pobreza, e qual a proposta para reparar essa situação.

O Momento Eleitoral

Conferência de Imprensa de Santana Lopes destaca contradições do PS e define parâmetros da nossa campanha

Se há caminho que o Governo de Durão Barroso e o meu Governo consideraram prioritário, foi o da convergência das pensões mais baixas com o salário mínimo nacional. As pensões sociais, as pensões não contributivas, as pensões contributivas, pensão mínima e o caminho da sua convergência que, nalguns casos, já está a 100% com o salário mínimo nacional. Propor para 4 anos uma convergência no valor de cerca de 300 milhões de euros com o número que foi proposta por mês para contribuinte cerca de 90 euros, é menos do que aquilo que resultará ou poderá resultar desse processo de convergência e de evolução da própria economia com o crescimento entre valores razoáveis durante esses mesmos 4 anos.

Ou seja, aquilo que acabou de resultar da proposta, depois de muito estudo, em nada mais beneficia aqueles que vivem em situação de pobreza ou situação remediada, muito remediada, do que aquele trabalho que fizemos durante este tempo no Governo.

Por isso mesmo não posso também deixar de salientar o modo como é dito que se vai ou se iriam conseguir as receitas para financiar esses pagamentos, combater a fraude no sector da Segurança Social e nomeadamente nos descontos para a Segurança



Social e também, presumo, nos subsídios de doença e nos subsídios de desemprego.

Mas quanta contestação o Partido Socialista fez às medidas tomadas pelo Governo de Durão Barroso e pelo meu Governo, no sentido de combater essa mesma fraude e de mudar o panorama que se verificava em matéria de perseguição àqueles que fogem às suas obrigações perante o fisco!

Mesmo as brigadas especiais, chamadas brigadas de elite contra a fuga às obrigações fiscais, que incluem as obrigações perante a Segurança Social não foram apoiadas, pelo contrário, foram transmitidas as maiores dúvidas.

Por isso mesmo em relação a todas estas medidas, eu não posso deixar de dizer que elas consubstanciam o seguinte:

O Partido Socialista gostaria de ser Governo pondo em prática as medidas que nós levámos a cabo. Acrescento também (ponto politicamente muito relevante) que ao fim de 2 meses, o Orçamento de Estado para 2005 é reconhecido consensualmente na sociedade portuguesa pelas várias forças políticas (a não ser por aquelas que se assumem como verdadeiramente contestatárias às opções do Governo) como Orçamento que vale a pena executar e continuar.

E quando se vem dizer que, em 2006, então sim se mudaria, ainda não se disse mudar-se-ia o quê. E a este propósito, quero também salientar isto: o Partido Socialista no poder com estas medidas, seria o mesmo que nós sermos poder com o programa do Partido Socialista.

Só que a nossa dificuldade seria muito maior, porque nós não sabemos a ideologia deste Partido Socialista, qual o programa ao certo do Partido Socialista, que medidas originais tem este PS para executar, e por isso mesmo, o que ressalta de tudo isto é principalmente uma questão de moral política: não faz sentido alguém falar tanto e acusar um Governo de trapalhadas políticas, e depois fazer tanta trapalhada política em questões fundamentais, não em questões acessórias ou episódios, mas em questões fundamentais para a vida dos portugueses.

Eu diria mesmo, se o Sr. Presidente da República perante todos estes episódios tivesse o poder de dissolver a liderança de um partido, certamente que a liderança do Partido Socialista seria dissolvida como foi a Assembleia da República, perante esta sucessão de episódios de dia para dia, de hora para hora, e ontem (dia 15) da hora do jantar para a uma e 48, já noite dentro, com mudanças sucessivas e correcções sucessivas de declarações. Isto é inacreditável!

Eu disse antes de tomar posse que não baixaria neste orçamento o IRC e que faria

a actualização para baixo das taxas do IRS. Disse-o depois no dia da posse, disse-o na apresentação do programa de Governo na Assembleia, disse-o no dia da votação do programa de Governo na Assembleia, disse-o no dia da apresentação do Orçamento, disse-o no dia da votação do orçamento e estamos agora a praticá-lo. O líder do Partido Socialista contestou-as há um mês e meio e agora diz que em nome da tal estabilidade fiscal, até seria bom continuar!

«Vamos apresentar o nosso programa esta semana, em relação ao qual só vos posso dizer que devem esperar que sejamos coerentes com a acção que temos vindo a desenvolver»

A estabilidade fiscal não se coloca em causa. Aliás, sabe quem estudou direito fiscal, ou quem mais se interessa ou segue estas matérias mesmo que não as tenha estudado, a estabilidade fiscal não se põe fundamentalmente a propósito destas matérias, põe-se a propósito de outras, de certo tipo de investimentos, de certo tipo de opções de empresas, certo tipo de opções que relevam, são plurianuais e que não entram em linha de conta fundamentalmente com os impostos sobre as famílias.

E portanto há aqui uma série de intervenções sobre matérias em relação às quais há um profundo desconhecimento. O desconhecimento até não o quero julgar. Tem a ver com a preparação de cada um. O problema são as mudanças de posição em questões políticas substanciais, e essas é que não posso deixar hoje de lhes dar relevo, porque de facto são muito importantes para o futuro de todos nós. Aliás, o que ouvimos até agora, para além destas medidas contidas no orçamento, é que se fosse Governo o Partido Socialista manteria o Código Laboral, com um ou outro retoque. Manteria os hospitais SA transformando-os tão só em empresas públicas, mas isso é o vício IPE (Instituto de Participações do Estado) do Partido Socialista. Ou seja, de propostas substanciais aparecidas até hoje, eu gostaria de perguntar às portuguesas e aos portugueses qual é aquela em que se distinguem as propostas apresentadas pelo Partido Socialista das opções contidas no Orçamento de Estado.

Por isso hoje, por enquanto, só pretendia sublinhar isto: a diferença de atitude. Nós mantivemos a coerência nas propostas políticas fundamentais, o Partido Socialista já disse 5, 6, 7 versões sobre as mesmas posições.

Em 2 semanas de pré-campanha, o líder do Partido Socialista já foi desmentido ou teve de desmentir-se na co-incidência. O seu porta-voz para questões gerais, já foi desmentido pelo seu porta-voz para questões económicas a propósito dos níveis de crescimento da economia e as causas indutoras desse crescimento, em 2 semanas de pré-campanha. E não tem nenhum presidente que possa dissolver a sua liderança como eu disse. Pelo contrário, tem ventos a soprar a favor (e que ventos!) a soprar a favor do caminho que pretende trilhar.

E é por isso mesmo, que hoje, Domingo, vos pedi esta maçada, da vossa presença e peço-vos desculpa por isso. Mas penso que as matérias são demasiadamente importantes. Vamos apresentar o nosso programa esta semana. Antes de apresentarmos esse programa em relação ao qual só vos posso dizer que devem esperar que sejamos coerentes com a acção que temos vindo a desenvolver, porque não faria sentido sermos Governo, eu ser Primeiro-Ministro e agora vir propor aos portugueses algo diferente do que tenho estado a fazer. Mas, a partir desta semana, com a apresentação do programa pelo Partido Socialista, pelo menos de uma parte substancial do seu programa em matéria económica e com divulgação que nós iremos fazer, do nosso programa, há razões para travarmos então os debates que os portugueses esperam.

E perante tanta contradição, perante tanto desmentido, perante tanta incerteza, perante tantos erros, mais razões há para que os debates possam e devam ser travados.

Mas quero dizer o seguinte: eu não gosto nem que o meu partido peça muito, nem gosto que ninguém se arme excessivamente em importante. São duas atitudes que detesto na vida. Quem quiser ter a humildade de debater que diga, o meu partido a partir de hoje não fala mais em debates com a liderança do Partido Socialista. Um democrata debate sem ser a pedido, eu estou sempre disponível, nós não falamos mais nisso.

Se não quiserem debater connosco, nós vamos falar com o povo e debatemos com quem estiver disposto a fazê-lo. Se alguém quiser ir por outros caminhos, não é por aí que o povo deixará de ser esclarecido (quero sublinhá-lo) e as atitudes de cada um ficam com quem as toma. Nós já dissemos qual é a nossa posição de princípio e não deixaremos de fazer tudo para esclarecer os portugueses do conteúdo das opções que têm pela frente.

Em matéria de Orçamento para 2005 a conclusão é pois uma: que grande Orçamento nós apresentámos! Foi mais rápido que, por exemplo, no túnel do Marquês, em que foi preciso uma decisão do tribunal e chegar ao Supremo Tribunal para as portuguesas e os portugueses verem quem afinal tinha razão. Aqui nem foi preciso sair do Governo, bastou um mês ou dois para ser dada razão àquilo que antes tão contestado era. É bom que as portuguesas e os portugueses possam ir vendo como as coisas se passam e qual é o desenlace.

Cabe ao povo português decidir quem tem razão! – **Gab. Aud. Vis. PSD**

Tendo lançado um cartaz de pré-campanha no passado dia 18 de Janeiro, alusivo à temática do Emprego, a JSD não deixou de reagir à forma leviana como o Bloco de Esquerda tem usado esta matéria tão preocupante na sociedade portuguesa. De realçar que a JSD foi a primeira força política de juventude a lançar um “outdoor” próprio.

Comunicado

Como organização de juventude, gostamos e exercitamos a irreverência, mesmo no contexto de uma campanha eleitoral. Mas não podemos aceitar a utilização do tema “Desemprego” como joguete demagógico.

O Bloco de Esquerda tem toda a legitimidade em usar o Emprego como tema de campanha, mas não tem autoridade moral de acusar o Governo de se ter “divertido” pois foi árdua a luta contra o desemprego no nosso País.

O nosso Partido aprovou o novo Código de Trabalho que fomenta a competitividade, inovação e produtividade, e o Programa de Emprego e Protecção Social no Emprego que promove a protecção das pessoas atingidas pela falta de trabalho.

O Desemprego preocupa a JSD. Sabemos que ele se abate sobretudo sobre quem procura o primeiro emprego. Igualmente inquietante é o desemprego de

jovens com qualificação superior. Para a Juventude Social Democrata é grave que o empenho e o fruto do forte investimento pessoal de tantos jovens portugueses não esteja a ser compensado.

Pelo grande caminho percorrido desde o descalabro socialista e pelo conhecido trabalho que ficou a meio, não podemos deixar de reconhecer os méritos do Governo; pelas ideias constantes no programa eleitoral do PSD e da JSD consideramos que o PSD continua a ser a melhor via para o desenvolvimento do País e para um caminho mais seguro e confiante para as famílias e jovens portugueses em matéria de Trabalho.

A JSD não se limita a slogans vãos e a piadas fáceis!

A guerra dos cartazes tem sido o único combate do Bloco de Esquerda. Também sabemos jogar esse jogo, mas preferimos o combate das ideias.

Lisboa, 18 de Janeiro de 2005
A JSD

JSD/Açores já tem o seu Blog Voto de Pesar e Tomada de Posse do NESDULP

A JSD/Açores criou um novo espaço cibernético de encontro, debate e conexão de dirigentes, militantes e simpatizantes. Usando as mais recentes tecnologias e formas de actuação, informação e divulgação de opinião política, há um novo blog laranja!

Assim, os dirigentes regionais convidam todos os entusiastas da JSD a visitarem o <http://energialaranja.blogspot.com>, e a deixarem as suas ideias.

O Gabinete de Informação da JSD deseja boa sorte à actividade “bloguística” açoriana.

Secção de Braga prepara autárquicas

Na sequência do trabalho autárquico que vem desenvolvendo, a CPS/Braga iniciou a 14 de Janeiro um périplo pelas freguesias do concelho, onde se reunirá com jovens munícipes e/ou militantes da estrutura aí residentes

Segundo nota da JSD/Braga, estas reuniões terão como principais objectivos:

a) Recolha de contributos, no âmbito do Gabinete Autárquico para a Juventude constituído pela JSD/Braga, para a elaboração do programa de Juventude que irá pôr à disposição do PSD Braga aquando da elaboração do programa de candidatura à Câmara Municipal. Por mais esta via, pretende esta Comissão Política alargar o projecto autárquico à sociedade civil, numa óptica de abrangência, num sinal claro de dissonância com o autismo demonstrado pelo actual executivo socialista.

b) Promover uma maior aproximação entre os militantes de base e os órgãos eleitos da JSD/Braga.

c) Fomentar a participação dos jovens bracarenses nas decisões políticas, com maior destaque para aquelas que dizem respeito às suas freguesias.

d) Impulsionar a constituição de núcleos de freguesias da JSD de forma a, também por este meio, incentivar os jovens à participação cívica e política nos seus núcleos residenciais, ao mesmo tempo que se fomenta a formação de quadros que poderão e deverão ser aproveitados, quer pela estrutura hierárquica da JSD, quer pelo PSD na formação de listas autárquicas. Daqui resulta a melhor preparação das pessoas que poderão integrar as futuras listas autárquicas, quer um maior e mais aprofundado conhecimento das carências das freguesias.

e) Prioritariamente, conhecer, para dar resposta, os anseios da juventude bracarense que quase sempre parece tão esquecida pelo executivo camarário.

A Direcção do NESD da Universidade Lusíada do Porto reuniu no passado 5 de Janeiro de 2005, tendo-se debruçado sobre diversos temas da actualidade, entre os quais a crise que se vive na Ásia.

Teve igualmente lugar, no passado dia 13 de Janeiro, a tomada de posse do NESD, que contou com vários amigos e simpatizantes.

A Pedro Ruas e a Carlos Franco, Presidentes da Mesa e da Direcção, respectivamente, endereçamos votos de bom trabalho.

No dia em que por todo o Mundo se efectuaram três minutos de silêncio pelas vítimas do Maremoto, a Direcção do NESDULP não deixou de prestar homenagem. Para além do silêncio, cada membro acendeu uma vela à memória dos milhares de homens, mulheres e crianças que partiram.

Jantar de Natal da JSD/Seia Jorge Nuno Sá presente

No passado dia 17, realizou-se no Hotel Camelo, em Seia, o jantar de Natal da JSD/Seia, organizado pela respectiva Comissão Política. Para além da presença de muitos jovens do Concelho de Seia e do Distrito da Guarda (Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia e Guarda), marcaram também presença neste jantar convívio militantes do PSD/Seia e PSD/Guarda.

De referir, entre outros, a presença Jorge Nuno Sá (Presidente da JSD), da Dr.^a Ana Manso (Presidente do PSD/Guarda) e Fernando Lopes (CPD/JSD-Guarda).

Para além do salutar convívio imbuído do espírito natalício, a ocasião serviu também para analisar e debater a actual situação política local e nacional.

O êxito desta iniciativa vem reforçar a estreita relação já existente entre as actuais Comissões Políticas do PSD e JSD, estando previstas outras iniciativas.



Campanha de solidariedade da JSD/Ponte de Lima

A campanha de solidariedade da secção de Ponte de Lima, que decorreu durante os fins-de-semana do mês de Dezembro, aos sábados e domingos, das 9h às 19h, num Stand no Largo de Camões, superou todas as expectativas inicialmente previstas.

Esta campanha com o slogan “Neste Natal dê um sorriso a uma criança” consistiu na recolha de alimentos, vestuário, brinquedos e livros para as crianças e para as famílias desfavorecidas do Concelho de Ponte de Lima.

A distribuição dos donativos esteve a cargo de uma instituição de solidariedade de Ponte de Lima, Associação Famílias.

Para terminar, a JSD de Ponte de Lima frisa que esta iniciativa não teria tido tanta expressividade se não fosse a mobilização da população Limiana para a acção de solidariedade.

«De realçar, o contributo dado pelos comerciantes do Concelho de Ponte de Lima, não só pela divulgação mas também pela colaboração na entrega de donativos; aos párocos das 51 freguesias do concelho, pela excelente divulgação nas suas paróquias e também aos órgãos de Comunicação Social do concelho.

A Comissão Política da JSD de Ponte de Lima, agradece a todos, pela generosidade demonstrada, proporcionando assim a todas as crianças do concelho de Ponte de Lima um sorriso mais acolhedor e feliz para este Natal.»



Evitar o Regresso «Dos Bons Malandros»! Comunicado da CPD/JSD-Setúbal

A Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD vem por este meio afirmar o seu profundo empenho em ajudar o PPD/PSD a ter um grande resultado e uma grande Vitória no próximo dia 20 de Fevereiro.

É que mais do que elegermos um novo Parlamento, e em consequência, um novo Governo para Portugal, estaremos a definir qual o Futuro que queremos, qual o caminho que desejamos e qual o rumo que defendemos.

De um lado temos o Rigor, a Exigência, a Responsabilidade de quem, como o PSD, sempre esteve ao lado dos Portugueses nas boas e más horas, e de quem mais contribuiu para um Portugal mais justo e mais desenvolvido. São 30 Anos de História ao Serviço dos Portugueses, e são mais de 3 décadas de um esforço conjunto e sério, de pessoas que amam o nosso país e que tudo têm feito para o tornar melhor e mais próspero.

Do outro lado, temos o renascer da «tralha» guterrista, que tem o descaramento de reaparecer depois de tudo ter feito para, salvaguardando o seu futuro político, hipotecar o Futuro das Novas Gerações, que teriam uma pesada herança para ultrapassar.

É que nós, jovens, não nos esqueçamos que o Eng. Sócrates foi um dos principais responsáveis pelos anos de irresponsabilidade, de desorientação, de incapacidade da des governação socialista. No entanto, aparece agora com a perspectiva de criar novas fronteiras, que mais não são do que o renascer de Novas Asneiras, ao melhor estilo guterrista.

Mais, aparece agora com ideias que não são suas, com propostas que nem sequer conhece em profundidade (como é o exemplo da equiparação das pensões mínimas ao limiar de pobreza - que alguém lhe teve que depois explicar; ou a de tornar os Hospitais S.A., em sociedades de capitais públicos, quando devia saber que já hoje eles não são outra coisa senão sociedades anónimas de capitais públicos), e defendendo medidas que o PSD implementou e que o PS sempre votou contra no Parlamento.

É verdade que o PS não tem memória nem pudor, mas nós felizmente temos!

E nós jovens social democratas, tudo faremos para lembrar os Portugueses do que está em jogo no próximo dia 20 de Fevereiro, e de que apesar dos erros cometidos pelo PSD no Governo, continuamos a ser o melhor Partido para responder aos anseios e interesses da nossa população, e para criar as melhores soluções para os problemas que existem na nossa sociedade.

Da mesma forma que não nos esqueçamos que foi um Governo liderado pelo PSD que acabou com o Serviço Militar Obrigatório, que implementou o Novo Código do Trabalho, que lançou uma Nova Lei das Rendas, que apostou na Saúde de Qualidade, numa Educação que forme bons profissionais e cidadãos, e que mostrou que Portugal pode ser igual aos melhores.

Por isso dizemos presente neste combate pelo Portugal do Futuro!

Por isso estaremos empenhados em fazer campanha ao lado do Dr. Fernando Negrão, um Homem Sério, Competente, de Valores e Ideais. Um grande Setubalense que nos representará de forma superior no Parlamento, e que é uma Voz respeitada na nossa Sociedade.

Por isso estaremos empenhados em Lutar ao Lado do PSD e do Dr. Pedro Santana Lopes para que no dia 20 de Fevereiro se faça justiça com uma Grande Vitória do PPD/PSD.

CONVOCATÓRIAS



MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Mafra, para uma reunião a decorrer no próximo dia 4 de Fevereiro de 2005, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e aprovação de Contas referentes a 2004;
2. Análise da situação política a nível local e nacional.

Nota:

Por a sede se encontrar em obras, a reunião será feita na sede do Núcleo de Mafra.

NÚCLEO DE S. PAIO DE OLEIROS ADIAMENTO

1. Considerando a sugestão do Conselho Nacional;
2. Considerando a apresentação desta nossa sugestão na assembleia Distrital do Dia 21.12.2004;
3. Considerando a deliberação desta núcleo em Assembleia do dia 03.01.2005, foram as eleições de 28.01.2005 adiadas para 09.04.2005, das 16 às 18h00.

NÚCLEO DE SANTO TIRSO E S. MIGUEL DO COUTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santo Tirso e de S. Miguel do Couto, para reunir, no dia 25 de Fevereiro de 2005, entre as 20h00 e as 23h00, na sede concelhia, no C.C. Carneiro Pacheco, Rua Dr. Carneiro Pacheco, piso 1, loja 5, na cidade de Santo Tirso, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Comissão Política do Núcleo de Santo Tirso e S. Miguel do Couto.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Odivelas, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 31 de Janeiro de 2005, (2º feira),

pelas 21h00, na sede de secção, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11 – C/V dta, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Discussão e Votação do Relatório e Contas da Secção referentes a 2004;
4. Discussão e Votação do Orçamento da Secção para 2005.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Concelhia de Paredes, para uma Assembleia de Secção, a realizar na sede Concelhia, no dia 29 de Janeiro de 2005, pelas 15h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política actual;
2. Apresentação das contas referentes ao ano de 2004;
3. Aprovação do Orçamento para 2005.

SARDOAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais normativos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Secção de Sardoal, para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2005, pelas 21h00, na sede concelhia sita na Rua Bivar Salgado, em Sardoal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção;

Notas:

A entrega das listas deve ser feita ao Presidente da Mesa até ao terceiro dia anterior ao acto eleitoral (Até às 24h00 do dia 22 de Fevereiro de 2005).

A eleição decorrerá entre as 21h00 e as 23h00.

SECÇÃO D

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoca-se os militantes da Secção D da AML, para reunir em sessão ordinária, na sede da Secção na Rua Luciano Cordeiro, nº116 – 2º andar esquerdo, no próximo dia 27 de Janeiro de 2005, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Apreciação e votação das contas da Secção relativas ao exercício de 2004.



SÃO BRÁS de ALPORTEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco para o dia 25 de Fevereiro de 2005, pelas 20h30, o Plenário de Secção de S. Brás de Alportel a reunir na Sede do PSD de S. Brás de Alportel, sita na Rua Poeta Bernardo de Passos, n.º 29/31, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa de Plenário;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Eleição dos Delegados a Assembleia Distrital da JSD.

NOTA:

As listas concorrentes terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior do acto eleitoral, na Sede do PSD Distrital, contacto para entrega das listas 917 824 770 (Thierry);

As urnas permaneceram abertas entre as 21h00 e as 22h00.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se o Plenário de Secção de Santarém, para reunir no dia 29 de Janeiro de 2005 (Sábado), pelas 16h00, na Sede sita na Calçada de Mem Ramires, n.º 10, Santarém, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações e Actualidade Política;
- 2 – Eleições Legislativas;
- 3 – Apresentação da Comissão Instaladora do futuro Núcleo de São Domingos;
- 4 – Programa Autárquico: Áreas da Juventude, Educação e Desporto.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco para o dia 26 de Fevereiro de 2005, o Plenário de Secção de Loulé, a reunir na Sede do PSD de Loulé, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa de Plenário;
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3 – Eleição dos Delegados a Assembleia Distrital da JSD.

NOTA:

As listas concorrentes terão de ser

entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD Distrital, contacto para entrega das listas 917 824 770 (Thierry).

As urnas permaneceram abertas entre as 14h30 e as 15h30.

D - LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos em vigor, convocam-se todos os militantes da JSD da Secção D de Lisboa, para o Plenário da Secção, a realizar no próximo dia 18 de Fevereiro de 2005(Sexta-feira), pelas 19h00, na Sede da Secção, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116, n.º 2.º Esq., em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção.

NOTA:

a) As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Secção, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção;

b) As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

c) As urnas estarão abertas entre as 19h00 e as 23h00.

CONSELHO DISTRITAL de VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD (artigos 77º e seguintes), e dos Regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Viseu, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2005(Sábado), pelas 16h00, na Sede da Secção da JSD de Lamego, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Preparação das eleições legislativas (Campanha);
- 3- Análise da Situação Política;
- 4- Outros assuntos.

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Almeirim, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2005 (Domingo), pelas 15h30, no Auditório da Biblioteca Municipal de Almeirim, sita na Rua 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política.

CONSIGO ALCANÇAREMOS A VITÓRIA

ELEIÇÕES EUROPEIAS
13 de JUN/04

SONDAGEM EXPRESSO
AGO/04

SONDAGEM EXPRESSO
JAN/05

20 DE FEVEREIRO

PSD
CDS/PP

33.2%

37.3%

39.3%

ATÉ NAS SONDAGENS DO EXPRESSO ESTAMOS A CRESCER



O DESEMPREGO É
UM PROBLEMA SÉRIO.

PARA O BLOCO DE
ESQUERDA NÃO PASSA
DE UMA BOA PIADA.



A REALIDADE:

- Polónia - 18,4%
- Espanha - 10,5%
- Alemanha - 9,9%
- França - 9,6%
- Média Europeia - 8,9%
- Bélgica - 8,0%
- Itália - 7,7%
- Portugal - 6,7%
- Suécia - 6,4%
- Dinamarca - 5,2%

FONTE: EUROSTAT, JAN/05



QUE OBRAS LHE CONHECE?
QUE VITÓRIAS OBTVEU? QUE DECISÕES TOMOU?

SABE MESMO QUEM É?



Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967 - Depósito legal n.º 1970/83 - I.C.S. n.º 105690

Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandela Artes Gráficas, SA. Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA

Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Creil Bela-Vista - Rua da Tascoa, 4.º Piso - Massamá - 2745 QUELUS - Telef. 214398500 - Fax. 213976967

01396

POVOLIVRE

9 770870 214418